

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO S.O.S.
CRIANÇA DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

Aprovado em 1
28.11.97

por DSS

Marily Venzon Tristão
Marily Venzon Tristão
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

ANA CRISTINA CRAVO

FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 1997

ANA CRISTINA CRAVO

**ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO S.O.S.
CRIANÇA DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

*Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina
para obtenção do título de Assistente Social,
orientado pela professora Geney Mitika K.
Takashina.*

FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 1997

*Aos meus pais, Natalino Cravo e
Madalena E. Cravo, razão da minha
existência. Amo vocês.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força, luz e sabedoria nos momentos difíceis de inspiração na elaboração deste trabalho monográfico.

Agradeço de todo o coração a minha família a qual nunca negou apoio e sempre fez o impossível para me dar o que havia de melhor.

Aos meus pais – Natalino e Madalena – que muito me ajudaram nesta trajetória.

Ao Paulo, meu marido, poucas são as palavras para agradecer, por ser ele a pessoa mais especial que já conheci. E juntos estamos construindo uma linda família.

À minha querida filha Sara, por iluminar nossas vidas, com seu sorriso, com suas bagunças, eu TE AMO.

À profª Geney Mitika K. Takashima, pela dedicação, em orientar-me, na elaboração neste T.C.C.

À Assistente Social, Luciana de Oliveira Plaza, por ter me supervisionado, acompanhado e orientado, com toda disponibilidade, compreensão, incentivo e carinho; proporcionando assim um aprendizado em todos os momentos.

Aos funcionários, aos amigos e à equipe do S.O.S. Criança, pelas experiências e pela prática compartilhada.

À todos os professores que durante a graduação, contribuíram na minha formação profissional e pessoal, repassando seus conhecimentos.

À todas as colegas de turma, pela companhia durante os quatro anos de graduação, onde compartilhamos inúmeros momentos de dificuldades e de alegrias.

E àqueles que, direta e/ou indiretamente, colaboraram na elaboração desta monografia de final de curso universitário.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I	
1 ASPECTOS GERAIS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	3
1.1 Preliminares	3
1.2 S.O.S. Criança campo de estágio.....	3
1.3 Violência doméstica contra crianças e adolescentes.....	8
1.4 Retrospectiva histórica sobre a violência contra crianças e adolescentes.....	11
CAPÍTULO II	
2 VIOLÊNCIA SEXUAL: MITO OU REALIDADE?.....	23
2.1 Preliminares	23
2.2 A história da violência sexual	23
2.3 A problemática do abuso sexual	27
2.4 Família: o centro de tudo	30
CAPÍTULO III	
3 ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO S.O.S. CRIANÇA DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL.....	33

3.1 Pesquisa: a atuação da equipe multidisciplinar do S.O.S. Criança nos casos de violência sexual.....	33
3.2 Campo de estágio: a atuação da estagiária dentro da instituição.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
BIBLIOGRAFIA.....	47
ANEXOS.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Casos analisados	34
Tabela 2. O agressor	35
Tabela 3. Situação da criança após a constatação da violência	37
Tabela 4. Casos verdadeiros - maior incidência	40
Tabela 5. Motivo para a denúncia	40
Tabela 6. Faixa etária das crianças	42

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é fruto de uma pesquisa realizada ao longo do processo de estágio curricular de Serviço Social realizado no S.O.S. Criança no período de março de 1996 à junho de 1997.

O foco central de nossos estudos no S.O.S. Criança¹, foram a atuação da equipe multidisciplinar nos casos de violência sexual, pois nos deparamos com extenso número de denúncias recebidas e casos atendidos referentes à violência sexual. Percebemos a necessidade de uma pesquisa junto aos casos atendidos pela equipe multidisciplinar.

Até muito recentemente, o abuso sexual de crianças era tratado como assunto proibido na sociedade, mas começam a despontar sinais de que o problema é sério. Nos anos 90, surgiram entidades voltadas especialmente para defesa de vítimas.

Para as vítimas infantis, o abuso é um pesadelo, um dos piores que se

¹ Programa S.O.S. Criança.

possa imaginar, mas não é fácil identificá-lo.

“O que define o abuso sexual não é o ato em si, que na maioria das vezes dispensa a relação completa entre o adulto e a criança, mas a intenção com que é praticado”. (VEJA, 1996, p. 77).

Partindo de nossas dúvidas e indagações acerca dos acontecimentos desencadeados da violência contra crianças e adolescentes, começamos a demarcar o terreno a ser estudado. Assim decidimos estudar o tema: A atuação da equipe multidisciplinar do S.O.S. Criança junto dos casos de violência sexual.

A escolha de tal temática decorre das experiências vivenciadas ao longo do processo de estágio.

A partir dos aspectos mencionados, o nosso trabalho apresenta-se em três capítulos.

O primeiro capítulo Aspectos Gerais sobre Violência Sexual, consta um breve resgate do campo de estágio, questões relativas sobre violência praticada contra crianças e adolescentes e revisão histórica.

O segundo capítulo Violência Sexual: Mito ou realidade apresentará o contexto histórico da violência sexual e sua problemática.

O terceiro capítulo, apresentamos o resultado da pesquisa e análise desenvolvida e por fim, refletiremos sobre a prática desenvolvida pela estagiária na instituição.

CAPÍTULO I

1 ASPECTOS GERAIS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

1.1 Preliminares

O presente capítulo busca elucidar algumas questões relativas à violência doméstica, mais especificamente à violência perpetrada contra crianças e adolescentes. Situaresmos o campo de estágio, por se tratar no espaço de formação profissional, de serviço social, resgataremos o processo histórico da violência contra crianças e adolescentes.

1.2 S.O.S. Criança campo de estágio

O S.O.S. Criança é um programa desenvolvido desde 1991 pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretaria da Saúde e do Desenvolvimento Social – Divisão da Criança e do Adolescente - que, mantinha convênios com a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV),

convênios com a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social e da Família, entretanto, na nova gestão (1997) da AFLOV, não repassa verbas ao S.O.S. Criança. Com isso, vários problemas surgiram, entre eles a falta de alimentos para as crianças e para a própria equipe.

O programa funciona em sistema de plantão 24 horas ininterruptas dado seu caráter emergencial, recebendo e intervindo sobre denúncias de violência contra crianças e adolescentes de zero (0) a dezoito (18) anos incompletos. É um programa de proteção especial que atua em consonância com a Constituição Federal e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (E.C.A.).

Tem como objetivos:

I – Assegurar o cumprimento do E.C.A no que concerne a proteção especial à crianças e adolescentes nos casos de violência física, psicológica, sexual e negligência.

II – O programa atende crianças e adolescentes vítimas de violência física, psicológica, negligência e sexual.

O S.O.S. Criança localiza-se à rua Rui Barbosa, 677 – bairro Agrônômica – Fpolis – SC.

O projeto foi articulado pela Diretoria da Justiça da Secretaria Estadual de Justiça e Administração – Gerência de Apoio a Programas de

Empenhada na busca de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Fundação Vida dispôs da área física e recursos federais voltados à política de proteção especial, a Secretaria de Justiça e Administração cedeu pessoal a nível superior e médio para implantação dos projetos S.O.S. Criança, Albergue Santa Rita de Cássia e Casarão da Integração adolescente/idoso.

A partir da ativação do telefone 1407 em Janeiro de 1992, é a inauguração oficial do S.O.S. Criança, houve conseqüente divulgação do Programa, começando a receber denúncias de violência, negligência praticadas contra crianças e adolescentes.

Na primeira fase a “clientela” era formada basicamente por meninos de rua encaminhados pelo Projeto “Meninos de Rua” da P.M.F.

O programa desenvolve suas ações conforme regime de atendimento (proteção especial), com inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, especificando determinação constante no E.C.A, livro II - Parte Especial – Título I da Política de Atendimento – Capítulo II das Entidades de Atendimento. Secção I – Disposições Gerais, Artigo 90 – parágrafo único.

Também encontra seu fundamento legal no artigo 277 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Em nível institucional o Serviço Social estabelece como objetivos os mesmos estabelecidos pelo programa S.O.S. Criança. Cabe salientar que no

início do estágio existiam muitas divergências entre a equipe multidisciplinar, que era composta: 5 Assistentes Sociais; 3 Pedagogos; 1 Teólogo; 4 Psicólogos; 1 Educação Física; 1 Estudos Sociais; 1 Educação Artística, o que prejudicava o atendimento dos usuários da instituição.

Enquanto estagiária de Serviço Social, percebíamos que muitos profissionais atuavam pelo “senso comum”, não tinham capacitação profissional adequada para resolverem os casos.

Em determinadas ocasiões sua atuação deixava a desejar, pois seus “pré-conceitos” imperavam na resolução dos casos. Outro fato é a diferença que existia entre a atuação do Assistente Social em relação aos outros técnicos.

Esta diferença ocorre devido a formação profissional do Assistente Social.

“O Assistente Social, faz a instituição através de sua prática... o A.S está entre os agentes institucionais e, assim, o produto de sua ação deve ser entendido também como produto da inter-relações entre os demais agentes e atores. Neste sentido, a dinâmica dessas inter-relações fala sobre a própria significação da prática do Serviço Social. Uma prática profissional consciente e responsável. (SOUZA, 1985:44-45)

Ficou evidenciado ao longo do processo de estágio (março de 1996 a agosto de 1997) que a prática profissional do Assistente Social diferencia-se dos demais profissionais. É que o compromisso assumido com os usuários da instituição é com responsabilidade e principalmente respeito com os usuários.

A partir de 1997 a situação institucional do S.O.S. Criança modificou-se, devido a nova gestão na prefeitura. A coordenação mudou e o quadro de profissionais está se capacitando na área de violência doméstica à nível de pós-graduação, mas a equipe multidisciplinar diminuiu hoje o S.O.S. Criança e composto por: 6 Assistentes Sociais; 1 Psicólogo; 1 Sociólogo; 1 Pedagogo; 1 em Educação Física; e 1 com formação em Estudos sociais; e a principal consequência, é que os técnicos estão ficando com muitos casos para o atendimento.

Tendo em vista as divergências (dificuldades) encontradas pela equipe multidisciplinar ao longo do processo de estágio, optamos em realizar um projeto de investigação (A atuação da equipe multidisciplinar do S.O.S. Criança nos casos de violência sexual). Limitaremos nosso projeto aos casos de violência sexual, pois muitas denúncias atendidas no período de março de 1996 a agosto de 1997 referem-se ao abuso sexual. O registro do S.O.S. Criança em 1996 são de 1.838 denúncias, não podemos dar a porcentagem de cada área, pois muitas denúncias entram em várias áreas de violência.

Os principais objetivos do projeto de investigação foram:

- Analisar a intervenção da equipe multidisciplinar em relação aos casos de abuso sexual;
- Verificar se existe diferença na atuação dos profissionais;

- Analisar as conseqüências da intervenção;

Antes de tecermos algumas considerações sobre violência sexual e a atuação da equipe multidisciplinar, fazem-se necessárias algumas referências sobre a significação do termo violência e suas formas que serão analisadas a seguir.

1.3 Violência doméstica contra crianças e adolescentes

Em nossa sociedade impera a “lei do silêncio”, onde casos de violência praticados contra crianças e adolescentes são encobertos, o principal “locus” destas manifestações está no seio familiar.

“Sabemos, que a instituição familiar atravessa intensa crise, passando a não garantir de forma segura a integridade física ou moral de crianças e adolescentes, mostrando, muitas vezes, uma face mais cruel do que sagrada, a família não pode mais ser considerada o centro de proteção para seus membros, pois viola muitas vezes os direitos fundamentais que lhe são próprios.” (AZEVEDO E GUERRA, 1995)

Para melhor compreendermos a violência doméstica contra crianças e adolescentes, tomaremos como base conceitual para definição desse fenômeno o que se segue:

“Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças e/ou adolescentes que sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica de um lado, numa transgressão do poder/

dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes tem de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.” (AZEVEDO E GUERRA, 1995)

Vista a conceituação de violência doméstica contra crianças e adolescentes, deteremo-nos na tipologia do fenômeno em evidência.

“A violência praticada pelos pais contra os filhos, com fins disciplinadores ou com outros objetivos assume três facetas principais”. (GUERRA, 1985)

Violência Física: qualquer ação única ou repetida não acidental, cometida por um agente agressor, que provoque danos físicos e/ou psicológicos.

Violência Sexual: todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, tendo por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Exclua-se os casos de prostituição infantil, atendidos pelo Conselho Tutelar, por caracterizarem-se como ato infracional, embora a iniciação sexual de uma criança ou adolescente, geralmente se dá por abuso sexual.

Violência Psicológica: interferência negativa sobre a competência social da criança, produzindo um padrão de comportamento destrutivo. Há de considerar que toda forma de violência inclui abuso psicológico.

Este tipo de violência se manifesta através das seguintes formas: rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar, corromper, produzir expectativas irreais.

Acrescentamos a questão da negligência, que é o ato de privar a criança de algo que ela necessita. Pode significar omissão em cuidados básicos. A negligência é de difícil identificação. Já que nem sempre se pode distinguir entre as privações sócio-econômicas e a atuação voluntária dos pais.

A violência física, é a mais facilmente identificada, devido às marcas ocasionadas pelo ato violento (como fraturas, hematomas, etc.), enquanto a sexual e a psicológica são de difícil identificação, devido a sutileza do ato violento.

O que há de comum a essas formas de violência é o fato de lesarem os direitos fundamentais da criança.

Percebemos pois, que a violência implica noção de controle, em que uma pessoa submete a outra (relação agressor-agredido), seja por intermédio da força física ou por constrangimento psicológico.

Faz-se necessário uma melhor compreensão da questão da violência, por isso é necessário resgatarmos historicamente os maus tratos contra crianças e adolescentes.

1.4 Retrospectiva histórica sobre a violência contra crianças e adolescentes

Apesar de ser difícil traçar uma trajetória histórica desta temática, pode-se perceber que a questão da violência na infância e adolescência, se faz presente desde os tempos mais remotos.

Em todos os tempos e civilizações, a infância nunca esteve no centro das preocupações e dos interesses sociais. Quanto mais se retrocede no tempo, pouco verificamos a eficácia e interesses na relação entre pais e filhos, onde as necessidades básicas das crianças eram (e ainda continuam) renegadas a segundo plano, negando-lhes os direitos fundamentais, furtando-lhes o direito à infância e adolescência, descartando-as, expondo-as à morte violenta, ao abandono, aos espancamentos, ao terror físico, psicológico e sexual.

Áries (1981:27), afirma que o surgimento da infância aconteceu por volta do século XVIII e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e da iconografia (relacionado com jogos infantis e com a própria questão da “pedagogia”) dos séculos XV e XVI, concluindo que os seus resultados mais significativos; onde aparece a mudança da concepção de infância pelos adultos à partir do século XVII.

Com a difusão da religião, com o desenvolvimento da burguesia e das ciências empíricas, estas novas concepções sobreviveram, auxiliadas também pelos pedagogos, moralistas, e eclesiásticos do século XVIII onde inovaram com o

estabelecimento dos princípios da “fragilidade e da inocência infantil, ainda pregando a segregação da criança do mundo adulto, colocando a infância num pedestal, acreditando ser preciso preservá-la e discipliná-la. A partir daí, a educação, além de transmissão do saber, passou a ser a disciplinar mestra do processo de socialização da criança, originando a forma tirânica das relações familiares, onde a disciplina confunde-se com os maus tratos corretivos”.

“É na formação da família burguesa das classes em ascensão que por volta de meados do século XVIII, a criança passa a ser o centro do universo familiar, o sentimento pela infância é, portanto, relativamente recente em nossa história.” (ORLANDI, 1986:38)

Segundo o pensamento de Orlandi (1986), apesar de ter ocorrido uma melhoria na situação da infância, no decorrer dos últimos séculos, com o surgimento das teorias relacionadas à questão de orientação infantil, da criação de legiões de Proteção a infância, juntamente com a formação e a evolução do Estado Moderno, interferindo e influenciando nas relações entre educadores e alunos, entre pais e filhos, elaborando leis, onde com auxílio de diversos profissionais que atuavam diretamente nas famílias, contribuindo para que os filhos fossem colocados no antro das relações cotidianas e familiares, ainda assim, as crianças continuavam sobrevivendo, em sua maioria no abandono, na miséria, sofrendo com a fome, com a falta de acesso aos serviços básicos de atendimento às necessidades básicas, permeada pelos atos e relações violentas, provocados pelos ditos “adultos”. Também coloca essas transformações sofridas

no seio da família, enquanto instituição social foram acontecendo simultaneamente com a modificação das concepções das crianças e adolescentes, marcadas pela violência em todas as formas de agressão.

É a partir do século XIX que se inicia uma tentativa de “preocupação” com a criança, passando a ser vista como uma pessoa que possuía valor e sentimentos necessitando de cuidados especiais, devido a sua condição peculiar de um ser em desenvolvimento.

Porém, é apenas no século XX que esta temática passa a ser pesquisada por diversos profissionais, e que hoje constitui-se num maior envolvimento de inúmeras pessoas, pertencentes a todos os segmentos da sociedade.

Na realidade, a história nos leva a comprovar que a violência praticada contra a criança é um fato novo, estando presente nos grupos primitivos como contemporâneos, nem tão pouco como fato isolado, mas são relacionados ao contexto sócio-econômico-político-cultural, na qual estão inseridas, com o aumento cada vez maior do número de crianças maltratadas, exploradas, prostituídas, desprezadas, vítimas da miséria, das relações violentas dos “adultos”, persistindo até hoje o abandono, o trabalho escravo e excessivo, a violência física/psicológica/sexual entre outros.

Orlandi (1986), ao citar Mause, afirma que o infanticídio de filhos

legítimos e ilegítimos era praticado normalmente na Grécia e em Roma, na idade antiga, e este costume homicida continuou até o início do século XIX, nos países europeus, porém com a redução nos filhos legítimos, acontecendo de diversas formas, onde as crianças eram deixadas em vales ou esterqueiras; fechadas nos interiores de vasos; abandonadas à beira de estradas, de caminhos, em montes, as portas de instituições religiosas entre outras formas cruéis e desumanas.

Ainda, se a criança não fosse perfeita conforme os padrões sociais estabelecidos, se chorasse demais ou ainda pouco, se tivesse algum problema de qualquer ordem, provavelmente seria morta.

Na idade Média, o hábito ou trabalho das amas-de-leite nada mais era do que uma forma para as famílias eliminar seus filhos.

“Na Europa, no século passado, existiam “aldeias de amas-de-leite infanticidas”, para onde mais enviavam seus filhos pequenos, a fim de que fossem eliminados de várias formas. As nutrizes mercenárias provocavam a morte das crianças, dando-lhes de comer algo que provocava ‘convulsões no estômago ou intestino’, ou misturando gesso no leite para provocar o entupimento das entranhas.”(ORLANDI, 1986:26)

Segundo Badinter, na Europa, era freqüente a entrega de crianças a tenra idade às amas para que as criassem e, para que voltassem ao lar, depois de completarem cinco anos. Este hábito inicialmente era privilégio das famílias aristocratas, depois generalizou-se no século XVIII, quando chegou a ocorrer uma escassez de amas, estendendo-se a todas as camadas sociais, originando uma

forma de abandono tão comum à época, realizada pelos pais, demonstrando assim uma prática de desamor e violência.

A criança em várias épocas esteve envolvida e rodeada por práticas homicidas, pelos mais variados motivos, como purificações com água fria, fogo, vinho, sangue e urina; ou ainda eram submetidas a imersões prolongadas em água gelada, colocadas na neve, ocasionando índices alarmantes de mortalidade infantil, por maus-tratos, por cuidados inadequados, e pelo próprio desprezo à infância, fruto da concepção errônea da criança e pelas práticas ignorantes e homicidas praticadas pelos pais, que não possuíam particularidade infantil que diferencia a criança do adulto.

Outro exemplo de violência cometida contra crianças é a violência sexual ou exploração sexual, vindo desde a antigüidade. Em Roma e na Grécia era freqüente a utilização sexual de meninos por homens adultos, onde o processo de castração era muito comum, realizada desde o “berço”, com finalidades mágicas, terapêuticas, para propiciar exploração sexual dos “mancebos”, pelos pais ou responsáveis, como fonte de renda.

“Em muitas cidades, havia bordéis de rapazolas, em Atenas, se podia alugá-los. Muitos meninos eram vendidos como mancebos. Os meninos eram utilizados sexualmente desde pequenos, mas a prática sexual, neste caso, não era a estimulação oral do pênis, e sim a copula anal”.
(ORLANDI, 1986:47)

Outra forma de violência contra crianças e adolescentes, que persiste a

séculos, são os castigos e espancamentos, ou seja, violência física, confundida com os “métodos corretivos e disciplinares”, utilizados pelos pais, pelas instituições educacionais e assistenciais, que atuavam ou ainda atuam com crianças.

“Os maus-tratos dirigidos às crianças com fins pretensamente educativos têm antecedentes remotos..., nas escolas públicas inglesas, o castigo corporal só foi eliminado em 1969.” (GUERRA, 1985:25)

Orlandi (1986), ressalta que havia um índice altíssimo de crianças nascidas antes do século XVIII, que hoje costumamos chamar de “crianças espancadas”, indo dos espancamentos, castigos, ameaças, mutilações ao infanticídio.

Com o aumento da situação de violência contra a infância, o Estado passa a interferir, na forma da constituição de uma legislação, específica, destinada à proteção, principalmente dos casos de abandono e filicídios, que culminou na redução dos direitos dos pais sobre os filhos, transformando-se de “pátrio poder” para “pátrio dever”, oficializando os limites dos pais e iniciando uma caminhada de conquistas dos direitos em prol da infância e adolescência.

Em 1889, criou-se denominada “Rede de Investigação Social da Família”, instituída através de leis, onde atuavam policiais e enfermeiras que, investigam e vigiam famílias. Depois as assistentes sociais, os substituíram nesta

tarefa de “fiscalização dos pais”. Por um lado, o Estado se propunha a substituir as deficiências familiares, mas por outro, visava, no futuro, a manutenção e aumento da força-de-trabalho, além do aumento dos que iriam estar a favor dos seus interesses.

Cabe ressaltar que no século XVIII foi lançada a idéia da responsabilidade paterna, no século XIX confirmada, acentuando a materna, e no século XX reafirmando este princípio da Responsabilidade dos pais pelos filhos; tudo isso contribuiu para o início da transformação, da visão e concepção de infância, de tentar sair da “coisificação” para “a cidadania”, das crianças enquanto pessoa, com sentimentos, desejos e vontades a serem respeitados.

A legislação francesa, em 1889, avança no que diz respeito às penas contra os maus-tratos de pais contra os filhos, decretando a perda do pátrio poder (materno e paterno) nos casos de alcoolismo, maus-tratos e comportamentos devassos, possuindo um caráter “repressivo”. Atualmente, a legislação em vigor aborda a violência física, a sexual e a negligência...

“...que possam comprometer a integridade física de uma criança. É interessante observar que foram excluídos do Código “as violências mais leves... Foi recentemente, a partir da década de 50, que os textos da legislação ganharam, ao lado de seu caráter repressivo”, um caráter “curativo”. Este se traduz pela aplicação de medidas que visem a fornecer auxílios materiais às famílias, com repercussões diretas sobre suas condições de vida, bem como da criança”. (GUERRA, 1985:26)

Nos EUA, a legislação se fundamentou na doutrina do “parents

patrial”, onde o Estado tem o poder de autoridade dos pais, nos casos em que estes se revelaram insatisfatórios em termos de cuidados e de bem-estar de seus filhos. Cabe salientar que há modificações na legislação, dependendo do Estado de onde advenha, existindo, de maneira geral, aspectos repressivos, prevendo penalidades para os agressores, e os aspectos curativos.

Em 1860, o Dr. Ambroise Auguste Tardicus, em Paris, estabelece o conceito de “criança maltratada”, originando os primeiros estudos sobre a violência de pais contra filhos.

Em 1965, a Sociedade Nacional para Prevenção de crueldade para com crianças, da Grã-Bretanha, examinou 114.641 vítimas de violência doméstica causadas pelos pais, onde 39.223 dos casos os pais foram ao tribunal.

“Na Dinamarca, em 1967, por exemplo, metade das vítimas dos crimes cometidos eram crianças e 85% dos infanticídios eram obra dos próprios pais. Na década de 70, o número de crianças horrivelmente maltratadas por seus pais chegava a 110.000 por ano na Alemanha Federal. Entre nós, a alta incidência de casos de crianças maltratadas registrada em prontos-socorros, e hospitais de Campinas, por exemplo, levou a criação de um Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (CRAMI).” (STEINER et Ali, 1986:5)

Pesquisas e estudos científicos têm propiciado o desvendamento da situação caótica, na qual se encontram milhares de crianças e adolescentes vitimadas pela agressividade nos atos violentos, nas relações entre pais e filhos, desde os tempos remotos até hoje, sendo presentes e universais, não poupando

suas vítimas inocentes.

Somente a partir dos anos 50 e 60, nos EUA, surgiram alguns trabalhos, na área de saúde, sobre essa temática de violência doméstica, tão escondida da visão pública, mais com dados alarmantes.

Logo, não só nos EUA, como em vários países do mundo, vários trabalhos comprovaram a ocorrência de abusos e agressões físicas em crianças, onde os pais geralmente procuram enganar os médicos ou outros profissionais, afirmando que os ferimentos são resultados de quedas ou outros tipos de acidentes, e por outro lado, as crianças geralmente não falam ou acusam o agressor.

No Brasil, a violência contra crianças é um fenômeno que vem desde o tempo da colonização, com a utilização do trabalho escravo. Na travessia oceânica (África-Brasil), as crianças eram as primeiras a serem jogadas no mar, para diminuição do peso oscilante, como estratégia de navegação.

Na época do ciclo do ouro, séc. XVII, com a expansão da ocupação urbana, o problema da criança começa a ganhar novas proporções. No início do séc. XVIII, o abandono infantil aumentava cada vez mais, sendo que essas crianças, chamadas “expostos”, permaneciam nas ruas, praças e estabelecimentos com grande transitoriedade de pessoas, causando enorme escândalos.

Em 1738, foi criada por Romão de Mattos Duarte, no Rio de Janeiro, a

Casa Expostos de Santa Casa de Misericórdia, objetivando assistir as crianças abandonadas. Também chamada “Casa da Roda”.

Até 1825, algumas crianças, em São Paulo, eram deixadas nas portas de casas particulares, em lugares públicos, em igrejas, ruas, ou atirados em vales, montes de lixo, demonstrando que a situação da infância no Brasil sempre foi cruel e desumana, como no resto do mundo.

“As mães deixaram os filhos à noite nas ruas sujas e estes eram freqüentemente devorados por cães, morriam de fome ou de exposição aos elementos. Certas mães deixaram os filhos nas naves das igrejas ou às portas de Conventos.”
(ORLANDI, 1986:75)

Orlandi (1986:78) ainda coloca que:

“Na Segunda metade do século XIX, foram criadas várias instituições assistenciais para crianças, ainda que não atendidas as necessidades da época, estas eram mantidas por filantropos e entidades religiosas, e somente no início deste século, que foram sendo assumidas pelo Estado, não somente na questão abandono, como também na denominada “delinqüência”. Em São Paulo, no ano de 1902, foi criado o Instituto Disciplinar, após foram criados o reformatório e institutos correcionais, daí o Estado, começa então a encarregar as entidades filantrópicas aos “carentes e abandonados”.

Todos os anos, no Brasil, morrem milhares de crianças, que nos atestados de óbito apresentam, como causa da morte, acidentes. Na realidade, “estes acidentes” ocasionam lesão, fraturas, queimaduras, que quando “muito graves”, obrigam a internação das vítimas.

É certo que não se pode generalizar, afirmando que estas milhares de “mortes” foram provocadas por espancamentos e abusos, mas geralmente, dependendo do posicionamento dos profissionais da área, muitas vezes há a uma confissão dos pais, e aí a obrigatoriedade do profissional em denunciar e dar andamento aos procedimentos legais.

Muitos estudos explicitam que a violência em crianças é provocada por pais, mães, parentes, responsáveis ou pessoas próximas que em sua maioria, foram espancadas, na infância, por seus próprios pais, reproduzindo assim este ciclo de violência doméstica.

Em outros casos, o agressor tem problemas como alcoolismo, drogas ilícitas, psicoses, neuroses e várias outras variáveis que ocasionam as mais variadas conseqüências.

Atualmente, o fator “pobreza” não pode ser visto somente como único fator responsável por esta problemática, pois esta é oriunda de múltiplos fatores. Isto sem contar que ainda hoje a questão da violência doméstica é considerada como “tabu”, devido à idéia de que família é um “recinto sagrado”, onde os pais podem fazer o que quiserem com seus filhos, que são as “suas propriedades”.

Para melhor visualizarmos esse fenômeno, Orlandi (1986:29-30) cita alguns exemplos:

“Nos países ditos civilizados, a violência dos pais mata mais crianças do que a tuberculose, a coqueluche e a poliomielite juntas, diz escandalizado um relatório da

União Internacional de Proteção com sede em Genebra, na Suíça.

Na França, a Liga Nacional para a Proteção da Infância Infeliz calcula que a qualquer momento se contam 25 mil crianças francesas surradas, esganadas, queimadas ou estranguladas. A França é uma prova cabal de que a violência não é exclusividade dos países pobres.

Nos abastados EUA, registra-se anualmente 1 milhão de casos de maus-tratos, cifra que ascende ao ritmo de 12% ao ano, dos guetos pobres de Nova York às mansões endinheiradas da Califórnia. Na Itália, 15 mil crianças são torturadas, feridas, espancadas cruelmente, todos os anos. Cerca de 600 crianças são estupradas. Segundo dados do Ministro do Trabalho da Alemanha, cerca de mil crianças morrem anualmente em consequência de maus-tratos."

Em nosso país a Constituição Federal de 1988 e as leis 8069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS), asseguram o direito de proteção a criança e ao adolescente como forma de defesa contra a violência em suas várias modalidades. Entretanto, na prática, ainda nos deparamos com estatísticas assustadoras. Os programas criados em sua maioria não estão conseguindo mudar a realidade vigente, pois a maioria dos objetivos contidos no ECA e na LOAS não saíram do papel.

CAPÍTULO II

VIOLÊNCIA SEXUAL: MITO OU REALIDADE?

2.1 Preliminares

Neste segundo capítulo, temos o intuito de realizar resgate histórico da violência sexual, mostrando que esta forma de violência não é um fato novo. Relatos bíblicos dão conta da exploração sexual da criança por adulto desde épocas remotas.

Para tanto, este capítulo estará organizado nos seguintes itens: A história da violência sexual, (resgate histórico); a problemática do abuso sexual; Família: o centro de tudo.

2.2 A história da violência sexual

Embora os dados disponíveis ainda sejam escassos e fragmentários, sabe-se que a atitude da sociedade quanto a participação de crianças em práticas sexuais com adultos tem variado no tempo e no espaço, oscilando entre aceitação

e a condenação.

A idéia de normalidade das relações sexuais adulto-criança está presente pelo menos em três grandes vertentes históricas: na tradição grega, na tradição judaica e na tradição sumeriana. Na Grécia exaltava-se a relação mestre-discípulo, na linha do Banquete de Platão:

“Era comum o coito anal entre professores e alunos... Tanto na Grécia como em Roma, havia prostituição infantil com bordéis de meninos em quase todas as cidades... As crianças livres, recebiam uma certa proteção legal, mas as crianças escravas, especialmente meninos, eram empregados para satisfação sexual de adultos com aprovação da comunidade.” (GUERRA, 1988:19)

Segundo Florence Rush, deve-se a Bíblia e ao Talmud o início de uma infame tradição, qual seja a de encorajar o sexo entre homens e meninas através do casamento.

“O Talmud sustenta que uma menina de três anos e um dia podia ficar noiva através de intercurso sexual mediante permissão do pai. Intercurso sexual com menina mais jovem não era crime, embora, não tivesse validade.” (GUERRA, 1988:21)

É de se notar, que a tradição judaica registra uma certa ambigüidade em relação às práticas sexuais adulto-criança. Enquanto aceita o casamento, concubinato de homens com meninas, silencia-se sobre o incesto entre pai e filha, embora proíba outras formas de incesto. Por outro lado, é explícita a condenação da ...

“... sodomia com crianças de cerca de nove anos de idade, punível com a morte por apedrejamento. A cópula com criança menor não era considerada um ato sexual embora a punição correspondente fosse o açoitamento.” (GUERRA, 1988:20)

Subjacente as três tradições, a despeito da aparente diversidade entre o “amor grego de vocação homossexual”, e a tolerância talmúdica e bíblica em relação ao casamento, prostituição e até mesmo estupro de meninas parece estar o pressuposto da desumanidade do ser mulher, na medida em que vez de pessoa era concebida como propriedade sexual do homem, um objeto, e enquanto tal despojada de atributos inerentes ao ser humano.

O menino grego passava a ser concebido também como propriedade sexual.

“Os homens gregos queriam em seus meninos o que eles queriam nas mulheres: poucos pêlos, delicadeza e imaturidade”. (AZEVEDO, 1988:21)

O advento do cristianismo corresponde ao início de um ciclo de condenação da participação sexual adulto-criança baseada de um lado na concepção repressiva da sexualidade como prática impura, só tolerável para fins procriativos e, de outro na idealização da infância como idade da pureza e da inocência livre de pensamentos e sentimentos sexuais assexuada. Portanto, essa concepção romântica da infância fez com que somente por volta do século XVII a igreja assumisse a condenação explícita das relações sexuais adulto-criança,

incluindo as várias formas, de incesto.

Com a redução do poder temporal da igreja, a força de condenação moral das práticas sexuais adulto-criança ficou reduzida tendo que ser assumida pelo Estado através de seu sistema jurídico.

É no bojo dos movimentos sociais da Segunda década deste século, que o relacionamento entre adulto-criança passa por uma modificação. A vítima não é concebida nem como ser inocente nem como ser demoníaco e sim como ser humano, como sujeito de direitos que não podem ser violados impunemente. Da mesma forma, o agressor passa a ser visto não mais como um monstro, mas como um homem comum.

A figura do abusador é incompreendida em nossa sociedade e confundida com a de um criminoso ou psicopata. Estudos de casos com acompanhamento têm ao contrário, demonstrado tratar-se de um cidadão comum, da sociedade, tendo as vezes, no passado, uma história de sofrimento sexual ou abuso físico, sendo que, raramente, convive em, um lar harmonioso. A satisfação sexual passa a ser, para eles, a busca do entendimento ou afetividade, uma demonstração de poder ou de rancor e ódio pelas mulheres. Ao contrário do abusador desconhecido, não é violento, sentindo-se profundamente magoado com o ato praticado e necessitando de um caminho que reabilite perante a família e perante a si mesmo.

O abusador, em determinadas situações não está sozinho; Ele tem a cumplicidade materna, de uma forma ativa, em 6% dos casos, de forma passiva, ou de maneira inconsciente, nas ações de transferência de papéis ou pela indiferença, ausência do lar ou desamor. (Relatório Minsey citado no livro “A traição da inocência, O incesto e sua devastação”, de SUSAN FLORWARD & CRAIG BUCK, apud GUERRA, 1985)

2.3 A problemática do abuso sexual

O abuso sexual contra crianças está na dependência de, padrões culturais. A interpretação da cena suscita, conceitos distintos sobre a existência ou não de ato abusivo, na dependência direta dos padrões culturais da sociedade.

Segundo o National Center on Child a Abuse and Neglect (NCCAN), o abuso sexual é todo contado ou interação entre uma criança e um adulto, sendo a mesma usada para estimulação sexual do adulto ou de terceiros. Pode ser cometido até mesmo por menores de 18 anos, desde que significativamente mais velhos que a vítima, tendo o abusador uma posição de poder ou de controle sobre a criança.

KEMPE introduz, ao conceito de abuso sexual na infância, critérios objetivos, baseados na imaturidade do desenvolvimento da criança e do adolescente, critérios estes como a desinformação a incapacidade de

entendimento ou interpretação, falta de consentimento, bem como qualquer ato de violação dos tabus sociais da família ou comunidade.

Alguns autores incluem o uso de crianças em filmes e fotografias de atividades sexuais; outros, como BRANT e TISLA, acrescentam situações de exposição de material pornográfico à criança, o que provoca estimulação sexual inapropriada e distorce sua formação.

Nos diferentes conceitos de abuso sexual contra a criança são componentes permanentes: a natureza e a proposta de atividade sexual, a idade e relação do abusador com a criança, como indivíduo pertencente à família a incompreensão da criança acerca da(s) atividade(s), tipo de conduta coercitiva, incluindo-se a presença ou ausência de força física, o uso de abuso físico, torna necessário uma intervenção, dada a necessidade de socorro imediato, muitas vezes significando a diferença entre a vida e a morte.

Estudos de Weimberg estimam que a taxa de abuso infantil seja de 1,9 casos/milhão de habitante/dia.

Embora, a incidência real e o número de vítimas presentes nos hospitais e registrado nos boletins policiais e outros órgãos formais de atenção à criança seja desconhecido, estima-se, que nos EUA haja um número de 200.000 crianças/ano vítimas de abuso sexual. Significando que apenas 20% a 50% são notificados.

A maior incidência de abuso sexual entre 8 e 9 anos de idade, acontecendo principalmente a crianças do sexo feminino.

Recentes estudos sugerem que as crianças entre 4 e 11 anos de idade constituem grupo de alto risco, por permitirem aproximação fácil de adultos, sendo mais vulneráveis à realização de atividades sexuais diversificadas. Na adolescência, a idade entre 12 e 16 anos representa a faixa de alto risco, pois elas encontram-se em pleno desenvolvimento dos caracteres sexuais femininos o que chama a atenção de muitos agressores.

Várias causas são consideradas responsáveis pela não notificação dos casos de abuso sexual, tais como oposição à denúncia por parte dos envolvidos, com medo da reação do abusador, presença de gravidez, sentimento de perda afetiva e desejo de evitar escândalos.

O resultado do abuso sexual contra uma criança é sempre desastroso.

Pouco são conhecidos os efeitos tardios do abuso sexual, por não existirem estudos significativos. Estudos dão conta de que 20% das mulheres que foram submetidas a abuso sexual durante a infância, apresentam problemas de saúde mental variados.

“Vítimas de abuso sexual na infância têm maior risco de serem vítimas na idade adulta, bem como de se tornarem alcoólatras ou viciadas em drogas”.

(SANTOS, 1993:19)

Em 1983, RUSSEL, analisando 933 mulheres adultas, encontrou 28% com experiência sexual ou exploração antes dos 14 anos de idade e 38% até os 18 anos de idade. GAGNON encontrou taxa variável de 24% a 28% de meninas vítimas de abuso sexual, menores de 13 anos de idade.

Tais resultados estatísticos demonstraram que uma em cada quatro mulheres, durante a infância ou adolescência, foi submetida a alguma forma de abuso ou exploração sexual.

O incesto representa uma subcategoria de abuso sexual, inapropriadamente colocado quando a relação existente é familiar. A relação incestuosa é realizada por qualquer indivíduo com, ao menos, 5 anos de diferença, que tenha um longo período de convivência com a criança exercendo um tipo de poder sobre ela.

“Alguns pesquisadores limitam o uso do termo incesto a casos envolvendo coito com uma pessoa legalmente responsável pela criança. Outros incluem ambas situações com ou sem coito, desde que com a participação de um membro da família.” (SANTOS, 1993:17)

A seguir iremos comentar sobre a estrutura familiar que vem de encontro aos objetivos deste trabalho monográfico.

2.4 Família: o centro de tudo

A família é de suma importância para formação do indivíduo. Após,

compreendermos isto percebemos a necessidade de conhecermos a história, a estrutura, a cultura e os valores morais das famílias que são atendidas em nosso campo de estágio, a fim de desenvolvermos um trabalho de melhor qualidade e eficiência junto a estas.

A cartilha Família formulada pelo Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, nos dá uma noção das influências do sistema econômico sobre a família.

“A família é o primeiro grupo social ao qual pertencemos. Nela buscamos nossa segurança física, afetiva e emocional. Nenhum outro grupo supera o valor da família, no desenvolvimento de sua prole.

Hoje, mais do que nunca, os valores da família estão sendo ameaçados e perdendo sua força. Vivemos, também, um agravamento da miséria e da marginalização em quase todos os países do mundo. É a fome, a falta de moradia e as condições infra-estrutura, o desemprego, a insuficiência dos serviços educativos e sanitários, os baixos salários, a falta de qualificação profissional e outros indicativos que balançam a estrutura das famílias...” (CBIA, 1994, P. 78)

Para compreendermos a questão da violência é necessário que saibamos que vários fatores podem prejudicar o relacionamento familiar. É possível compreender que as crianças acabam sendo o alvo mais escolhido pelos pais, para descarregarem suas frustrações.

Estatísticas internacionais e nacionais revelam que a maioria dos agressores sofreram enquanto criança; ou seja, estão reproduzindo o que vivenciaram.

A família na qual o abuso ocorre, é uma família onde todos os membros estão envolvidos e comprometidos. Nela o agressor é ao mesmo tempo vítima e culpado, deve reclamar tratamento além, da necessária punição.

O principal fato a salientar, é preciso ter claro que a violência sexual doméstica praticada contra criança/adolescente não é problema familiar, mas sim da sociedade.

CAPÍTULO III

3 ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO S.O.S. CRIANÇA DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

3.1 Pesquisa: a atuação da equipe multidisciplinar do S.O.S. Criança nos casos de violência sexual

Através de nosso campo de estágio, no S.O.S. Criança, detectamos vários casos de violência sexual que eram atendidos por profissionais que muitas vezes não possuíam capacitação adequada para atenderem os mais variados tipos de violência. Cabe salientar que no programa não existe nenhum curso de especialização para os profissionais.

Percebemos que a maioria dos casos atendidos, o “senso comum” imperava, e que muitos casos suspeitos não eram analisados com maior coerência.

Devido ao grande número de denúncias de violência sexual e da gravidade desta, resolvemos realizar uma pesquisa, analisando os casos atendidos

no S.O.S. Criança no período de 1996 a 1997, para conhecermos a prática profissional dos técnicos, pois acreditamos que através desta estaríamos melhor capacitados para intervir nestas situações principalmente em nível preventivo.

Para realização da pesquisa utilizamos como principal instrumento a observação, que nos proporcionou dados em comum e uma maior liberdade. Já que o trabalho em questão foi realizado através de uma pesquisa documental.

“Entende-se por pesquisa documental uma pesquisa que se desenvolve nas Ciências Humanas e Sociais, são investigados documentos a fim de poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características”. (BERVIAN E CERVO, 1983)

Os casos analisados foram escolhidos de acordo com a estatística realizada pela equipe do S.O.S. Criança, onde coletamos os casos que passaram pela mesma.

A seguir iremos apresentar alguns dados coletados em nossa análise, através de tabela, para entendermos melhor a situação das crianças pesquisadas.

Tabela 1. Casos analisados

Casos Estudados	Verdadeiros	Falsos	Outros
32	12	18	02

Fonte: S.O.S. Criança

Nossa opção a princípio era de analisar todos os casos de violência sexual atendidos durante o processo de estágio (março 1996 a junho 1997), mas isso tornou-se impossível, pois muitos casos não entram como violência sexual,

só após intervenção profissional é que se descobre que a criança vem sofrendo este tipo de violência. Em outras ocasiões muitos casos não são comprovados.

Os dados analisados foram conseguidos através da estatística do S.O.S. Criança, que foi implantada no ano de 1997, não está completa, por isso muitos atendimentos ainda não estão disponíveis. Sabe-se por estatísticas nacionais e internacionais que a cada caso denunciado, 20 (vinte) estão acontecendo e continuam sem denúncia.

Cabe salientar que somente através da estatística o programa S.O.S. Criança terá condições de saber com maior eficiência como está funcionando, pois quando estávamos realizando a pesquisa, muitos técnicos não sabiam dizer se tinham atendido ou não, alguma criança que tenha sofrido abuso sexual.

Tabela 2. O agressor

Pai	Padrasto	Outros	Total
02	03	07	12

Fonte: S.O.S. Criança

Quanto ao agressor na maioria dos casos é alguém bem próximo a criança, nos casos estudados o pai (6%) ou padrasto (9%) são as pessoas que mais molestam, seguidos por irmãos (1%), tios (1%). O que chamou a atenção são dois casos onde as crianças foram violentadas por desconhecidos, ambas estavam perambulando pela rua, quando foram agredidas. Nenhuma das crianças soube reconhecer o agressor.

As crianças foram encaminhadas ao I.M.L, a primeira menina “M” ficou comprovado ruptura de hímen, a Segunda “D” não houve provas médicas, só ficou na suspeita. Infelizmente, muitos casos de violência sexual contra crianças só são levados em consideração com provas médicas ou quando testemunha, o depoimento da criança é sempre posto em dúvida.

Exemplo: Nome da criança “C” idade 3 anos, suspeita de violência sexual, onde “C”² tinha algumas escoriações na região da vulva, porém nem a médica, nem os técnicos conseguiram comprovar se ocorreu abuso sexual. Houve suspeita que o pai poderia ter abusado da filha, mas o técnico apenas conversou com o pai no hospital. Não procurou a mãe, parentes, nem vizinhos. Não fez nenhuma visita domiciliar e o caso foi encerrado em apenas 10 dias.

Neste caso a criança não tem consciência do que está acontecendo ao seu redor, não pode se defender. Caberia ao técnico acompanhar esta família por um determinado período, para saber como a família está estruturada e comprovar se existe algum tipo de violência contra a criança.

No caso de “M” a situação ficou mais complicada, pois ela foi violentada, não soube informar quem era o agressor. Foi encaminhada a diversas casas lares, a família não a aceitou de volta, após um longo processo judicial, “M” está morando com uma família provisoriamente.

O que diferencia os dois casos foi a atuação profissional, no primeiro

² Por questões éticas os nomes serão respeitados, só utilizaremos a inicial dos nomes.

não houve uma intervenção adequada, no segundo a técnica buscou todas as possibilidades dentro da instituição e fora, para conseguir uma situação melhor para a criança.

Tabela 3. Situação da criança após a constatação da violência³

Continua com a família	Casa, lar	Encaminhada ao C.T.	Atendimento psicológico	Total
10	02	01	12	25

Fonte: S.O.S. Criança

De acordo com os dados analisados a maioria das crianças (31%) continua com a família, em parte é uma boa situação, pois não ocorreu quebra de vínculo. Destes, apenas 2 (dois) casos a situação da criança não mudou, pois ambas continuam morando com o agressor, as mães são coniventes, não acreditam na palavra das filhas e na maioria das vezes, apóiam seus companheiros.

Caso 1.

Nome da criança “R”, idade 13 anos, violentada pelo padrasto. Relato do técnico. “Após termos atendido “R”, a mesma foi abrigada na casa lar de coqueiros; a adolescente continuou estudando, sem comportamento é exemplar, “R” é meiga e obediente...”

Quando a menor afirmou que foi abusada sexualmente, sua mãe não acreditou e lhe agrediu fisicamente. A menor não

³ Os dados não são mutuamente exclusivos.

queria ficar em casa por isso foi retirada do lar. Após 7 meses “R” voltou para a casa, o caso foi encerrado a nível de S.O.S. e repassado ao C.T.

Caso 2.

Nome da criança “S”, idade 11 anos, foi violentada pelo pai. “S” foi encaminhada para o exame de conjugação carnal no I.M.L., onde foi comprovado ruptura de hímen. Foi abrigada em diversas casas lares, o pai ficou preso por um mês, e depois voltou para casa. A mãe de “S” sabe de toda a situação e simplesmente não se importa. A técnica relatou que houve uma troca de papéis. Após um longo processo judicial o Juiz decidiu que “S” voltaria para casa junto com o agressor. O único fato positivo é que “S” está com acompanhamento psicológico.

Em ambos os casos a atitude tomada pelos técnicos foi coerente, mais frustrante, após realizaram todos os procedimentos para que as crianças ficassem longe do agressor, o Juiz decide o contrário, que as crianças voltem para casa junto com eles. A única solução era retirar do lar quem está ameaçando.

Relato da Assistente Social:

“Fiz o possível para que o pai de “S” continuasse preso ou que deixasse a casa, mas infelizmente não consegui. Depois

de lutar tanto para conseguir um abrigo para "S" por um tempo maior, o Juiz decide em colocá-la novamente com o agressor."

Outro problema na questão ao atendimento a criança e ao adolescente é a falta de união entre as várias instituições, que trabalham para sua proteção. Em Florianópolis, o juizado, S.O.S. Criança e Conselho Tutelar ficam próximos, mas o relacionamento é ruim.

Percebemos que muitos casos repassados ao Conselho Tutelar ficam esquecidos. Muitas crianças estão em abrigos por um "determinado" período, mas infelizmente em muitos casos os técnicos e conselheiros esquecem que além do papel que está enchendo suas gavetas, há uma criança amedrontada, sozinha, sem um lar e principalmente sem os pais. Lutamos tanto por direitos a criança e ao adolescente, que as vezes nosso egoísmo e preconceitos entravam a parte mais simples, que é a de dar proteção e um pouco de carinho a estes seres humanos.

Exemplo:

Nome "B", idade 16 anos. A denúncia entrou no S.O.S. Criança na data de "18-09-95" e foi encerrada em "07-08-96".

A adolescente vinha sendo perseguida por seu patrão, após a orientação, o caso ficou guardado dentro da gaveta por quase um ano. Muitos casos em situação mais complicada seguem o mesmo caminho.

Tabela 4. Casos verdadeiros – maior incidência

Atentado violento ao pudor/estupro	Atos Libidinosos	Assédio	Total
09	02	01	12

Fonte: S.O.S. Criança

Podemos perceber que a maioria dos casos estudados é de atentado violento ao pudor ou estupro (27%) e que (6%) são de atos libidinosos (constitui-se por atos libidinosos, prazer sexual, praticados contra a vontade da pessoa), (3%) foi assédio sexual.

Após analisarmos os casos verdadeiros percebemos que a atuação da equipe na maioria das vezes ocorreu de forma coerente, onde procuraram auxiliar as crianças da melhor maneira.

A seguir analisaremos as denúncias falsas.

Tabela 5. Motivo para a denúncia ser falsa

Não houve provas	Intriga de vizinhos	Os pais não aceitam o namorado	Crianças perseguidas por estranho	Total
04	11	01	02	18

Fonte: S.O.S. Criança

Observamos que a maioria das denúncias falsas são intriga de vizinhos (34%) onde a família denunciada não é aceita pelos membros da rua ou em alguns casos há briga entre vizinhos e uma forma de se vingarem é denunciando ao programa. Outros (12%) não houve provas, mas fica evidente em alguns atendimentos que está ocorrendo algo .

Caso “S”

Foi um dos primeiros casos atendidos por nós como estagiárias no S.O.S. Criança. A princípio a mãe de “S” negou que seu companheiro estava mealestando sua filha. Ele se mostrou agressivo e muito petulante. A menina negou que tinha algo com seu padrasto, mas quando conversamos com ela, percebemos que não estava falando a verdade. Como não tínhamos confirmação, o caso ficou em andamento e marcamos atendimento psicológico para as crianças. Após várias reincidências contra o padrasto, (inclusive agressão física contra “C”, o menino vinha sofrendo de forma cruel, onde era tratado como um animal, era espancamento, ficava preso em cordas na rua, essas informações foram colhidas pelos vizinhos). A Técnica por várias vezes “se fez de esquecida”, afirmando que não lembrava no caso, enquanto isso “C” continuava sofrendo e “S” mantinha um relacionamento com seu padrasto. Após um ano, a Técnica foi “obrigada” (ela se recusava em atender esse caso) a retornar à casa de “S” e “C”. Quando chegou, encontrou “C” com várias escoriações; a mãe confirmou que “S” mantinha a 3 anos um relacionamento com seu companheiro e que o mesmo agredia “C”.

O Caso continua em andamento, mas podemos salientar a atuação da técnica, que não se importou com a situação das crianças. Infelizmente “C” e “S” vão levar estas más experiências pelo resto da vida.

Tabela 6. Faixa etária das crianças

0 – 6 anos	7-13 anos	14 – 17 anos	Não sabemos idade	Total
07	16	07	02	32

Fonte: S.O.S. Criança

Após analisarmos os casos, percebemos que o maior número de crianças que sofrem violência sexual, são de 7 a 13 anos, onde as principais vítimas são crianças no princípio da adolescência.

Dos casos analisados dois não soubemos informar se houve violência sexual, pois não encontramos o endereço.

Após analisarmos os casos verdadeiros e falsos, percebemos que a atuação da equipe multidisciplinar na sua maioria foi eficiente.

A atuação da Assistente Social em relação aos outros profissionais, muitas vezes se confunde, mas a forma de atendimento é diferente, existe um compromisso profissional em relação aos usuários da instituição, isso ocorre devido a sua formação acadêmica.

Por fim, salientamos que todos os aspectos mencionados anteriormente, tem alguma influência para a profissão e nos mostram a importância do trabalho do Serviço Social junto às crianças e principalmente com

as famílias. As conclusões a que chegamos acerca da violência praticada contra crianças e adolescentes e a atuação da equipe do S.O.S. Criança, podem iluminar novas formas de intervenção, frente às demandas da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Assim, se faz necessário a criação de programas que trabalhem com as vítimas e com os agressores, bem como os demais membros da família.

3.2 Campo de estágio: a atuação da estagiária dentro da instituição

Ao longo do processo de estágio realizamos várias intervenções acompanhando os vários técnicos.

A princípio nos deparamos com muitas dificuldades, pois infelizmente não existia uma capacitação adequada da estagiária e o curso de Serviço Social não ofereceu subsídios para que os estudantes conhecessem as diversas áreas de atuação do Serviço Social.

Percebemos que dentro da instituição por muitas vezes fomos confundidos com “office-boys”, onde realizamos serviços que não contribuíram para formação profissional. Caberia aos professores orientadores, deixarem claros o papel do estagiário dentro da instituição.

Ficou evidenciado ao longo do processo de estágio que por muitas

vezes, nós estagiários ficamos confusos, pois em determinadas situações não conseguimos que a teoria de suporte a práticas desenvolvida dentro da instituição. E isso, faz que por muitas vezes agimos pelo senso-comum sem referencial teórico.

O campo de estágio S.O.S. Criança é um local adequado para formação profissional nas mais variadas áreas e principalmente para o Serviço Social.

Observamos, que existem Assistentes Sociais capacitados para proporcionar uma melhor formação profissional aos estudantes, pois os profissionais se mostram interessados em acompanhar seus estagiários ao longo do processo de estágio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente trabalho, constatamos que pesquisar na área da violência se constitui numa tarefa bastante interessante. Percebemos que não é suficiente compreender o que se passa com o indivíduo apenas dentro da instituição. É necessário uma visão mais ampla, pois a violência está presente em nossa sociedade e manifesta-se nas mais variadas famílias e classes sociais.

Primeiramente apresentamos o campo de estágio S.O.S. Criança para uma melhor compreensão, em seguida vimos os diversos conceitos e termos para explicitar a problemática da Violência Doméstica praticada contra crianças e adolescentes.

Desta forma foi fundamental a trajetória histórica a respeito dos maus tratos praticados contra a criança e adolescente.

Posteriormente vimos a problemática da violência sexual, desde os tempos remotos até os dias atuais. Percebemos que a criança foi e continua sendo vítima

Infelizmente, muitos em nossa sociedade não vêem a criança como cidadãos, que possuem direitos, por isso muitos pais e responsáveis se “acham” no direito de agredir seus filhos, pois se julgam donos de suas crianças.

Vimos no capítulo três deste trabalho, como a equipe do S.O.S. Criança, intervêm nos casos de violência sexual, percebemos que a maioria dos casos que apresentaram algum tipo de problema, não foram solucionados por Assistentes Sociais.

Após analisarmos o material pesquisado, concluímos que a maioria das denúncias referentes a violência sexual, muitas não existem provas, isso prejudica o trabalho da equipe multidisciplinar, pois sem provas concretas, a equipe não poderá intervir para ajudar a criança.

Finalizando, ressaltamos que foi muito gratificante a realização deste estudo, pois além de possibilitar maior conhecimento a respeito da Violência praticada contra crianças e Adolescentes (em especial a violência sexual), ele veio de encontro ao nosso processo de formação profissional.

BIBLIOGRÁFIA

- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família.** Guanabara: Rio de Janeiro : 1981.
- BITTENCOURT, Rute. **Reorganização familiar no pós-separação conjugal.** UFSC, TCC de Serviço Social. 1997. 91 p.
- CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica:** São Paulo : MC GrawHill do Brasil, 1983.
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias/** Jacques Donzelot; tradução de M.T. da Costa Albuquerque; revisão técnica de J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1980.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio.** 2. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1988.
- FURNISS, Tilmann. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados.** Tilmann, Furniss, trad.: Maria Adriana Veríssimo Veronest. - Porto alegre : Artes Médicas, 1993.
- GUERRA, Viviane N. Azevedo. **Violência de pais contra os filhos: procuram-se vítimas.** 2. ed., São Paulo : Cortez, 1985.
- GUERRA, V. N. A. e AZEVEDO, M. A. **Pele de asno não é só história... Um estudo sobre vitimação sexual de crianças e adolescentes em família.** São Paulo : Rocca, 1988.
- LAVRATTI, Daniela. **Abismo sentimental entre pai e filhos após a separação conjugal.** Florianópolis : UFSC, TCC de Serviço Social. 1996. 92p.

LOAS, nº 8.742 de 07/12/93. Diário Oficial de 08/12/93. A Secretaria de Assistência Social e a Descentralização - Brasília. MPAS, 1995. Assistência Social e Cidadania - Brasília : LBA, R5.

MARTENDAL, Luciana. **Violência contra crianças e adolescentes; desvendando as representações sociais:** Florianópolis : UFSC - TCC de Serviço Social, 1997, 66p.

ORLANDI, Orlando. **Teoria e Prática do Amor à Criança:** Introdução à Pediatria Social no Brasil. Rio de Janeiro : ZAHAR, 1986.

Programa SOS Criança. Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria da Saúde e do Desenvolvimento Social, Florianópolis : 1997.

SCHAUFFERT, Marilúcia Tamanini. **A violência contra crianças no universo familiar: uma realidade vivenciada.** Fpolis: UFSC, TCC de Serviço Social. 1995. 131p.

SOUZA, Maria Luiza. **Instituição Científica e Serviço Social: in: Serviço Social e Instituição. A questão da participação.** São Paulo : Cortez, 1985.

TELELACRI - **Infância e Violência Doméstica - Telecurso de especialização - o olhar instrumentalizado transdisciplinar.** USP. São Paulo : 1997.

ZANDONADI, Celita. **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: uma história socialmente construída.** Florianópolis : UFSC, TCC de Serviço Social. 1996, 74p.

ANEXOS

DADOS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Nome do aluno: Ana Cristina Cravo

Matrícula: 94.116.02-4

Ano do desenvolvimento do Estágio I: 1996 Semestre: 1

Nome do local do estágio: S.O.S. Criança

Nome da supervisora da Instituição: Luciana de Oliveira Plaza

Nome da supervisora da UFSC: Geney

Nº de horas desenvolvidas: 216 h

Ano do desenvolvimento do Estágio II: 1996 Semestre: 2

Nome do local do estágio: S.O.S. Criança

Nome da supervisora da Instituição: Luciana de Oliveira Plaza

Nome da supervisora da UFSC: Geney

Nº de horas desenvolvidas: 216 h

Ano do desenvolvimento do Estágio: 1997 Semestre: 1

Nome do local de Estágio: S.O.S. Criança

Nome da supervisora da Instituição: Luciana de Oliveira Plaza

Nome da supervisora da UFSC: Geney

Nº de horas desenvolvidas: 216 h

SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO DE DENÚNCIA

Nº

DATA	ATRAVÉS DE:	ÁREA DE VIOLÊNCIA		REINCIDENTE
HORÁRIO	<input type="checkbox"/> TELEFONE	<input type="checkbox"/> 01	<input type="checkbox"/> 04	<input type="checkbox"/> SIM
CÓDIGO	<input type="checkbox"/> SEDE S.O.S	<input type="checkbox"/> 02	<input type="checkbox"/> 05	<input type="checkbox"/> NÃO
	<input type="checkbox"/> EM ATEND.	<input type="checkbox"/> 03	<input type="checkbox"/> 06	
		<input type="checkbox"/> 07		

IDENTIFICAÇÃO DA (S) VÍTIMA (S)

NOME: _____ IDADE: _____ COR: _____

ENDEREÇO: _____

REFERÊNCIA: _____

ONDE ESTUDA? _____

RESPONSÁVEIS : _____

OBS : _____

IDENTIFICAÇÃO DO AGRESSOR

NOME: _____ APELIDO: _____ VÍNCULO: _____

COR: _____

ENDEREÇO: _____

OBS: _____

IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE:

Nome: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Voz: Masculina Feminina _____

Vínculo: Anônimo Parente _____ Vizinho

Próprio Instituição _____ Comunidade

RESUMO DA SITUAÇÃO

ASSINATURA DO TÉCNICO QUE RECEBEU A DENÚNCIA: _____

ASSINATURA DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO CASO: _____

FICHA DE ATENDIMENTO NO LOCAL

Nº

Reincidência: () Sim - () Não.

DATA	HORÁR.	COD. HORÁRIO	Nº DE VISITAS DOMIC.	Nº TEL	ABORD C/ A VÍTIMA.	ABORD FAMIL.	ABORD COMUN	COD. DEN.	ABORD. INSTITUC

01 - IDENTIFICAÇÃO CRIANÇA/ADOLESCENTE

a) NOME: _____

DATA NASC.: ___ / ___ / ___ IDADE: _____ COR _____

ENDEREÇO: _____

FILIAÇÃO: _____ & _____

RESPONSÁVEL: _____

VÍNCULO: _____

NATURALIDADE _____

b) - REGISTRO DE NASCIMENTO: _____

c) - NOME DA ESCOLA: _____

Endereço: _____

d) - SITUAÇÃO DE HIGIENE DA CRIANÇA/ADOLESCENTE:

() Boa () Regular () Péssima

e) - SITUAÇÃO DE HABITAÇÃO:

() Boa () Regular () Péssima

TIPO:
() Casa/Apart. () Barraco () Improvisado

RELIGIÃO _____

02 - DADOS COMPLEMENTARES COM RELAÇÃO À CRIANÇA/ADOLESCENTE:

SUSPÉTIA DE DEFICIÊNCIA MENTAL: () Sim () Não
SUSPEITA DE DOENÇA MENTAL () Sim () Não
PORTADORA DE: () Def.Física () Def.Visual () Def.Auditiva
() Más formações
USUÁRIO DE DROGAS/ÁLCOOL: () Sim () Não

CONSEQUÊNCIA FÍSICA: _____

OUTROS PROBLEMAS (Especificar): _____

REPETENTE NA ESCOLA (Descreva) _____

OBSERVAÇÕES: _____

3 - A) CRIANÇA/ADOLESCENTE VÍTIMA DE : () VIOLÊNCIA FÍSICA

Há ferimento aparente ? () sim () não () leve Tipo de lesão: _____

Em que parte do corpo ? _____

Qual objeto usado ? _____

B) CRIANÇA VÍTIMA DE : () VIOLÊNCIA SEXUAL

1) A Criança/ Adolescente é vítima de Viol. Sexual pela 1ª vez ? () Sim () Não

2) Com que idade aconteceu a 1ª vez ? _____

3) Quais as formas de Viol. Sexual ? _____

4) Frequência com que isso acontecia ?

() só uma vez ;

() Duas ou mais vezes, com a mesma pessoa;

() Duas ou mais vezes com pessoas diferentes.

5) A pessoa que fazia isso com a criança era : _____

6) Se contou para alguém (quem ?) No caso de resposta afirmativa, o que aconteceu ? _____

C) CRIANÇA VÍTIMA DE : () NEGLIGÊNCIA

1) Formas de Negligência : _____

2) Consequências da Negligência: _____

D) CRIANÇA VÍTIMA DE : () VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

1) Consequências da Violência Psicológica: _____

E) Houve atendimento médico? () sim () não () internação tempo: _____

F) Houve atendimento psicológico ? () Sim () Não Local: _____

g) Número de atendimentos: _____ número de faltas: _____ tempo: _____

4 - IDENTIFICAÇÃO DO AGRESSOR:

Nome: _____ sexo: _____ cor: _____

Endereço: _____

Bairro/município: _____

Idade: _____ Religião: _____ Grau de Instrução: _____ Profissão: _____

Naturalidade: _____ Vínculo com a vítima: _____

Usuário de drogas/álcool? () sim () não () suposta : _____

O agressor apresenta doença ou deficiência mental? () sim () não () suposta () confirmada

Detalhes: _____

() Práticas anteriores de violência () Antecedentes criminais () Nº de vítimas na família: _____

5 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO FAMILIAR

RENDIA FAMILIAR: Sal. Mínimo () Até 01 - () 01 à 02 - () 02 à 04 - () Mais de 05

NOME	PARENT.	EST.CIVIL	COR	SEXO	ATIV.PROF.	ESCOL.	IDADE

CODIFICAÇÃO

a) - GRAU DE PARENTESCO: 01 - Próprio - 02 - Pai - 03 - Mãe - 04 - Irmãos - 05 - Avós - 06 - Outros.

b) - ESTADO CIVIL: 01 - Solteiro - 02 - Casado - 03 - Separado - 04 - Amasiado - 05 - Outros.

c) - COR: 01 - Branca - 02 - Negra - 03 - Amarela - 04 - Parda - 05 - Outros.

d) - SEXO :01 - Masculino - 02 - Feminino

PARECER TÉCNICO:

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

DATA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO: ___ / ___ / 199___ DATA DO TÉRMINO: ___ / ___ / 199___

TÉCNICO RESPONSÁVEL: _____

NOME DA CÇA/ADOLESCENTE: _____

IDADE: _____ COR: _____

Nº DE SESSÕES REALIZADAS: _____ Nº DE SESSÕES QUE FALTOU: _____

PARECER PSICOLÓGICO:

ASSINATURA DA PSICÓLOGA: _____